DIREITO
V.10 • N.3 • 2026 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-381X
ISSN Impresso: 2316-3321
DOI: 10.17564/2316-381X.2026v10n3p370-387

INTERFACES CIENTÍFICAS

CONHECIMENTO INDÍGENA: SABERES TRADICIONAIS E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS

INDIGENOUS KNOWLEDGE: TRADITIONAL KNOWLEDGE AND SUSTAINABLE TECHNOLOGIES

CONOCIMIENTOS INDÍGENAS: CONOCIMIENTOS TRADICIONALES Y TECNOLOGÍAS SOSTENIBLES

Claudia de Moraes Martins Pereira[1]
Ana Vilma Santana Munhoz[2]
Daniele Serra Pinto Goulart[3]

RESUMO

Esta pesquisa convida a imergir no conhecimento acerca da cultura dos povos indígenas, que se constitui como sistema integrado de equilíbrio e respeito pela natureza, fundamentado na cosmovisão, nos saberes tradicionais e nas tecnologias sustentáveis. O objetivo foi tecer considerações sobre a possibilidade de aplicar esses saberes tradicionais e as técnicas indígenas às tecnologias modernas ocidentais, contribuindo para tornar a Mãe-Terra mais sustentável. Para tanto, quanto à metodologia utilizou-se o método dedutivo; quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica; e, quanto aos fins foi, qualitativa. Assim, considera-se que as técnicas desenvolvidas por essas comunidades ancestrais, ricas em conhecimentos provenientes de gerações, devem ser observadas sem discriminação. Além disso, elas oferecem soluções eficazes e resilientes, apresentando-se como modelos alternativos de sustentabilidade diante do cenário atual de degradação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Natureza; Saberes tradicionais; Sustentabilidade; Tecnologia.

ABSTRACT

This research invites an immersion into the knowledge of Indigenous peoples, culture, which constitutes an integrated system of balance and respect for nature, grounded in worldview, traditional knowledge, and sustainable technologies. The objective was to explore the possibility of applying this traditional knowledge and Indigenous techniques to modern Western technologies, contributing to making Mother Earth more sustainable. To this end, the methodology used was the deductive method; the means used bibliographical research; and the ends used qualitative research. Thus, it is important to consider that the techniques developed by these ancestral communities, rich in knowledge passed down through generations, should be observed without discrimination. Furthermore, they offer effective and resilient solutions, presenting themselves as alternative models of sustainability in the current environmental management scenario.

KEYWORDS

Nature; Traditional Knowledge; Sustainability; Technology.

RESUMEN

Esta investigación invita a una inmersión en el conocimiento de los pueblos indígenas, cultura que constituye un sistema integrado de equilibrio y respeto por la naturaleza, fundamentado en la cosmovisión, los saberes tradicionales y las tecnologías sostenibles. El objetivo fue explorar la posibilidad de aplicar estos conocimientos tradicionales y técnicas indígenas a las tecnologías occidentales modernas, contribuyendo a hacer de la Madre Tierra un lugar más sostenible. Para ello, la metodología utilizada fue el método deductivo; el medio empleado fue la investigación bibliográfica; y los fines, la investigación cualitativa. Así, es importante considerar que las técnicas desarrolladas por estas comunidades ancestrales, ricas en saberes transmitidos a lo largo de generaciones, deben ser observadas sin discriminación. Además, ofrecen soluciones efectivas y resilientes, presentándose como modelos alternativos de sostenibilidad en el escenario actual de la gestión ambiental.

PALABRAS CLAVE

Naturaleza; Conocimiento tradicional; Sostenibilidad; Tecnología.

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas possuem uma relação única com a natureza, baseada em uma cosmovisão que integra os seres humanos, terra, céu e elementos cósmicos, formando um sistema de equilíbrio e respeito. Essa interação, aliada aos saberes tradicionais desses povos, constitui um conhecimento fundamentado em harmonia e respeito com o meio ambiente, através de práticas sustentáveis aperfeiçoadas ao longo de gerações. Para essas comunidades, a existência está intrinsecamente respaldada ao respeito e valorização do universo e da natureza, princípios fundamentais da sua existência.

Esses povos detêm profunda sabedoria no tocante às práticas e técnicas desenvolvidas para lidar com questões cotidianas relacionadas à organização territorial e social, à sobrevivência e ao manejo ambiental. Sua integração com a natureza, moldada por gerações milenares e adaptada a diversos ecossistemas e adversidades naturais, é rica de sabedoria e que podem contribuir para uma vida mais equilibrada e sustentável.

Apesar da relevância, esse conhecimento é comumente negligenciado pelos paradigmas científicos e acadêmicos contemporâneos. O não reconhecimento, o preconceito existente em relação aos povos originários e a falta de interesse no tema dificultam a interação entre a sustentabilidade ancestral e a aplicação de tecnologias sustentáveis modernas. A escassez de estudos que identifiquem e registrem esses saberes tradicionais não apenas desvaloriza a cultura indígena, mas dificulta o avanço da aplicação de alternativas tecnológicas mais sustentáveis.

Por conseguinte, é fundamental explorar como a relação entre a cosmovisão holística, os saberes tradicionais e as tecnologias indígenas podem ser alinhados às práticas de sustentabilidade. Isso demonstra que o desenvolvimento sustentável requer não apenas inovação tecnológica, mas, principalmente, uma transformação na relação entre sociedade e meio ambiente – aspecto essencial para enfrentar os desafios ambientais atuais. O objetivo desta pesquisa consiste em discutir os saberes tradicionais indígenas, e a potencial integração e aproveitamento deles para o desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis.

A problemática que instiga esta pesquisa é: de que forma os saberes e as práticas tradicionais de sustentabilidade dos povos originários podem (e devem) ser valorizadas e aplicadas aos paradigmas tecnológicos modernos? A pesquisa justifica-se tendo em vista que fenômenos naturais, como alterações climáticas e perda da biodiversidade, são cada vez mais frequentes, e são ocasionados como reflexo da ação antropogênica sobre o meio ambiente. Tais fenômenos evidenciam as limitações do modelo ocidental de desenvolvimento, de que não conseguem se manter sem causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Os desafios ambientais globais são preocupantes e a necessidade por adoção de práticas mais sustentáveis é inquestionável. Todos os meios de promover a sustentabilidade somam esforços para assegurar um meio ambiente mais saudável. Nesse processo, a ciência e a tecnologia desempenham papel fundamental, e a sabedoria indígena pode oferecer contribuições valiosas à preservação e conservação ambiental. A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa será o método dedutivo, quanto aos meios a pesquisa será bibliográfica e, quanto aos fins, qualitativa.

2 COSMOVISÃO E RELAÇÃO DOS INDÍGENAS COM A NATUREZA

Os povos indígenas desenvolveram uma cultura profundamente enraizada em uma visão cósmica integrada à sua existência e com a valorização dos elementos naturais, como o céu, a terra, a natureza e os seres vivos pois acreditam que todos estão interconectados em um equilíbrio sistemático. Essa cosmovisão indígena "representa uma síntese intricada e simbólica de temas que se relacionam com a origem do universo, dos planetas, do ser humano e de toda uma cartografia da consciência do ser" (Werá, 2024, p. 47). Essa cultura visionária de interconexão entre os seres vivos, a natureza e o cosmo, decorrente da ancestralidade desses povos, faz "uma abordagem holística da vida, valorizando a harmonia entre os seres humanos, a natureza do cosmos, e nos coloca diante da Mãe-Terra como imenso lar vivo da humanidade e de todos os seres sercientes" (Werá, 2024, p. 113-114).

Nesse contexto, Afonso, Moser e Afonso (2015, p. 181) abordam sistematicamente que

> Em geral a cosmovisão é definida como a maneira particular de ver, pensar, ordenar, e sentir o mundo. No entanto, deve-se buscar entender as vivências das pessoas no mundo em que vivem, além de compreender como essas pessoas percebem o mundo a sua volta. [...] A cosmovisão implica a cultura, tanto dos indivíduos como a dos grupos sociais, a cultura é, portanto, o modo de ver, como sobretudo de viver o mundo.

Dessa forma, a cosmovisão indígena está atrelada a valores específicos de percepção e interpretação do universo, além da forma de adentrá-lo em sua essência, enriquecido pelas experiências culturais dos indivíduos absorvidas do meio em que vivem. Ademais, é preciso entender que ela está associada às características de cada etnia, pois trata-se de valores particulares de interpretá-la e, por conseguinte, a forma de apreciá-la depende de cada comunidade indígena, como explicam Afonso, Moser, Afonso (2015, p. 182-183),

> A cosmovisão indígena deve ser considerada no contexto dos seus valores culturais e conhecimentos ambientais. Assim, cada etnia indígena possui sua própria cosmovisão, pois depende de maneira diferente da caça, da pesca, da agricultura e do meio ambiente em que vive. A cosmovisão dos povos indígenas se fundamenta no animismo: a crença na alma individual ou *anima* de todas as coisas e manifestações naturais. Nessa crença não há separação entre o mundo espiritual e o mundo físico (ou material) e, também que existem almas ou espíritos, não só em seres humanos, mas também em entidades não-humanas, como: animais, plantas, objetos inanimados e fenômenos celestes, sendo fortemente relacionada com a natureza.

Kaká Werá (2024, p. 102) reforça que "a sabedoria ancestral diz que há uma rede de crenças, valores, memórias, que no fundo são sustentados por essa energia luminosa que vem da natureza, do sol, da lua, das estrelas, do cosmos", e essa visão compreende o pensamento como uma árvore viva e dinâmica que precisa ser cultivada a fim de desenvolver uma maneira sábia capaz de honrar essas energias tênues que dão vida aos processos mentais.

Daniel Munduruku (2009, p. 27), complementando essa visão, afirma que "segundo o conhecimento tradicional, cada coisa existente – seja ela uma pedra, uma árvore, um rio ou um ser humano – é possuidora de um espírito que anima e a mantém viva e nada escapa disso". Ele ainda ressalta que "dizem ainda que é preciso reverenciar a Terra como uma grande mãe que nos alimenta e acolhe e que ninguém foge ao seu destino".

Nesse sentido,

> [...] essas sociedades conferem aos animais e às plantas, via de regra, os caracteres subjetivos da pessoa humana: consciência de si, motivações, afetos, capacidade comunicativa e sociabilidade e, com eles, estabelecem relações de pessoa para pessoa. (Pardini, 2020, on-line).

Essa cosmologia reflete uma intensa harmonia com a natureza, de tal forma que suas crenças e práticas estão enraizadas na compreensão de que todos os seres vivos são interdependentes e merecem respeito.

Nesse mesmo sentido, vaticinam Souza *et al*. (2015, p. 88-89) que "culturalmente, a natureza representa para os indígenas muito mais do que um meio de subsistência. Representa o suporte da vida social e está diretamente ligada aos sistemas de crenças e conhecimentos, além de uma relação histórica". Os autores ainda proclamam que "a relação dos indígenas com a natureza não ocorre no sentido de espaços físicos, áreas, mas também o meio ambiente, o modo de vida, a cultura e todas as formas com que se inter-relacionam com os mesmos". Portanto, pode-se verificar que essa relação direta e espiritual com a natureza é assentada no paradigma de mútuo respeito, derivado da compreensão da conexão e interdependência entre todos os elementos naturais (humanos e "naturais", bióticos e abióticos).

O respeito pelo ambiente e em que vivem, faz com que eles o vejam como algo sagrado, sinônimo de vida, cultura e identidade. À vista disso, Pereira (2024, p. 48) explica que "é neste sentido que o território para o indígena é importante. Além de nele estar a sua ancestralidade, é o espaço onde exerce o seu meio de vida, explorando-o, protegendo-o e, principalmente, praticando a sua cultura e tradição".

Nesse diapasão, se faz importante mencionar o reconhecimento dos povos indígenas a identidade própria, com formas específicas de viver, organizar e se relacionar com o mundo, conferido pelo artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Ao garantir os direitos originários às terras tradicionalmente ocupadas, a Constituição estabelece que o modo de vida indígena, suas culturas, línguas, crenças e tradições são protegidos e respeitados pelo Estado.

Essa proteção assegura a autonomia cultural, social e espiritual dos povos indígenas, sendo o art. 231 fundamental para a construção de um Estado multicultural, que valoriza e convive com a diversidade de povos, saberes e formas de existência presentes no Brasil.

Ao estabelecer um comparativo entre as formas que os indígenas e os ocidentais se relacionam com a natureza, Afonso, Moser e Afonso (2015, p. 183) observam que para os ocidentais, a natureza é vista como algo separado do ser humano, cuja função é servir às suas necessidades. Essa mentalidade utilitária leva à exploração excessiva dos recursos naturais, sem preocupação com os impactos a longo prazo, enquanto para os indígenas há uma conexão profunda entre ser humano e natureza, baseada no cuidado mútuo. Eles enxergam a natureza como um ser vivo, que deve ser respeitado e preservado, e não a separam da cultura, pois seu modo de vida está completamente integrado ao meio ambiente.

O modo de viver dos povos originários, como parte integrante da floresta, é baseada no equilíbrio entre o que se retira e o que se devolve à natureza, mostrando-se como uma alternativa sustentável em relação ao mundo natural. Coadunando do mesmo entendimento, Souza *et al*. (2015, p. 93) destacam "a terra é utilizada conforme a simbologia e visão de mundo da própria cultura indígena". Para os autores a terra é utilizada de forma consciente e em total respeito ao meio ambiente, pois as suas produções se destinam a suprir a necessidade real de consumo, sem desperdícios ou acúmulos. Dessa forma, essa afirmativa demonstra o princípio fundamental que designa a relação dos indígenas com a terra: ela é sagrada, portanto, distante do interesse como valor econômico.

Para tanto, diante de tal responsabilidade ecológica desses povos com a natureza, "verifica-se que os indígenas desenvolveram estratégias econômicas de sobrevivência menos disruptivas das regulações ecológicas da natureza do que os procedimentos depredativos utilizados pela sociedade não indígena" (Souza *et al*., 2015, p. 93). Longe de representarem 'atraso', pois conseguem, há séculos, provar que é possível viver bem sem destruir o planeta, utilizando-se de um modelo econômico genuinamente sustentável.

Nesse sentido, o Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, ao estabelecer suas diretrizes no artigo 3º, promove o respeito aos conhecimentos tradicionais, a preservação ambiental e o fortalecimento da autonomia indígena (Brasil, 2012). Dessa forma, "esse saber indígena deve ser estudado, difundido e valorizado, pois pode vir a ser o passaporte para a sobrevivência da atual 'sociedade de risco', no mundo pós-moderno" (Souza *et al*., 2015, p. 93). Por conseguinte, Pereira (2024, p. 53) afirma que "o direito à manutenção da sua cultura deve ser não só reconhecido, mas também respeitado".

Portanto, valorizar o conhecimento tradicional indígena não é supérfluo ou algo que decorra de um querer (porém, estático), mas sim uma questão de sobrevivência consciente e humanitária. A sociedade ocidentalizada, dito civilizada, tem muito a aprender com o conhecimento desses povos que, há tempos, demonstram o quanto seus conhecimentos o tornam resilientes aos desafios ambientais.

3 A IMPORTÂNCIA DOS SABERES TRADICIONAIS

Os conhecimentos construídos coletivamente por comunidades tradicionais, normalmente agregados à biodiversidade e transmitidos ao longo de gerações, são importantes para a continuidade e a preservação cultural desses povos. Na perspectiva indígena, esse conhecimento não é apenas funcional ou prático, é **sabedoria,** algo que orienta a vida, a ética, a espiritualidade e a convivência com o mundo, estando intimamente ligado à forma como eles compreendem e vivem no mundo.

No binômio formado entre cultura e sabedoria tradicionais encontra-se consubstanciado um princípio existencial essencial para os povos autóctones: o do imprescindível respeito e equilíbrio exigidos para o trato com o meio ambiente, pautado sobre a noção inseparável e imbricadamente recíproca quanto ao modo de relacionamento humano com a natureza, que também é considerada uma complexidade viva. Senão, até mais que isso, como aduzido por Munhoz (2025, p. 218), porque "diametralmente contrária à visão eurocêntrica que separa os

aspectos humano e o natural" os povos indígenas se ocupam e se preocupam, de forma genuína, com o "estado de bem estar de toda a natureza, incluída nela o elemento humano – além dos elementos disseminados como naturais –, constituída no amalgama da transcendentalidade por meio do prisma de uma cosmovisão particular".

Nesse mesmo sentido, Paulo Affonso Leme Machado (2024, p. 1.136) destaca que "o respeito aos costumes e às tradições indígenas estão ligados à conservação da memória ou da história desses povos, num processo de cultura de suas próprias raízes"[4]. Daniel Munduruku (2009, p. 29) complementa que "todo aprendizado de respeito à natureza é transmitido desde o nascimento. A criança vai sendo introduzida no convívio social ao longo dos momentos marcantes do seu nascimento". Assim, pelo legado indígena, os mais experientes transmitem seus conhecimentos aos mais jovens desde o berço ensinando o respeito a sua própria cultura, através das palavras, dos gestos, das atitudes.

Evidências arqueológicas na Amazônia comprovam essa sabedoria indígena quando revelam sítios arqueológicos como verdadeiros "laboratórios ao ar livre que contemplam infinidades de saberes expressivos para a compreensão do passado e do presente" desses povos originários onde "são encontradas ferramentas líticas (feitas total, ou parcialmente, de pedra) e cerâmica, que também contam a história ambiental da Amazônia antiga" (Silva, 2025, p. 22). Essas peças não podem ser vistas apenas como simples objetos antigos, mas como instrumentos que transcendem sua função utilitária, revelando segredos de um verdadeiro conhecimento sustentável, representando uma sabedoria milenar caracterizada pelo reaproveitamento de recursos naturais. Cada peça representa o conhecimento e a materialização de tradição com reaproveitamento de recursos e equilíbrio ecológico.

A partir disso,

> Quando se fala cada vez mais em sustentabilidade, os conhecimentos, modos de vida e a cosmovisão indígena, que pareciam destinados a permanecer no fundo das florestas, nas sombras do tempo e talvez a desaparecer com os povos que os geraram, ganham nova dimensão de importância e podem ser relevantes para que a civilização moderna aprenda com eles como viver em harmonia com a natureza, sem destruí-la e a si mesmos, mas a preservando para as próximas gerações (Afonso, Moser, Afonso, 2015, p. 192).

Nessa sintonia indígena de desenvolvimento de suas práticas ambientais baseados na sustentabilidade, devido ao imenso respeito e o amor pela Mãe-Terra e distante do mercantilismo desenfreado, Leonardo Boff (2024, p. 17) argumenta que a sustentabilidade deve ser pensada e realizada por todos igualitariamente, pois é um dever comum e não pode um ou alguns se beneficiarem ao sacrifício de outros. Segundo o autor "os custos e os benefícios devem ser proporcional e solidariamente repartidos". Nesse cenário, o respeito e a conservação ambiental através de práticas sustentáveis, cabe não somente a uma parcela da sociedade, no caso os povos originários, mas a todos os indivíduos enquanto seres humanos e habitantes da Mãe-Terra.

4 Nesse entendimento, Daniel Munduruku (2009, p. 28) explica que "as sociedades tradicionais são filhas da memória e a memória é a base do equilíbrio das tradições. A memória liga os fatos entre si e proporciona a compreensão do todo. Para compreender a sociedade tradicional indígena é preciso entender o papel da memória na organização da trama da vida".

Por muito tempo, o preconceito e a indiferença levaram esses povos a serem taxados de rudimentares e terem seus conhecimentos sustentáveis como descartáveis. Entretanto, não é bem assim, pois os indígenas desenvolveram maneiras de sobrevivência, construindo suas próprias moradias, meios de transporte, agricultura de subsistência, e tal êxito é decorrente de suas próprias técnicas e tecnologias. Enquanto,

> [...] na civilização ocidental é a relação sujeito-objeto (assimétrica, autoritária, arrogante, de poder e dominação), da qual se origina a Natureza-objeto, em oposição ao Homem-sujeito, único detentor de Cultura. Ora, 'o outro como objeto' é a negação do outro e a negação da ética (Pardini, 2020, on-line).

Na sociedade indígena a prevalência é esse respeito e gratidão ao meio ambiente, sendo, portanto, essas técnicas utilizadas para desenvolverem formas de sobrevivência (sustentáveis) muito particulares e culturalmente enraizadas nas suas tradições. Por conseguinte, Leonardo Boff (2024, p. 171) explica que a sustentabilidade é uma técnica de aprendizado construída no decorrer do tempo através da relação de constante equilíbrio do homem com o meio ambiente, em que cada indivíduo "redefine o feixe de relações que entretém com o universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade e à vida [...]".

Isso os indígenas aprendem desde pequenos, que "não se deve mandar na natureza, mas conviver com ela, pedindo que lhes ensine toda a sabedoria e que possam ser alimentados material e espiritualmente pela Grande Mãe" (Munduruku, 2009, p. 29).

Os saberes tradicionais desses povos são aplicados no dia-a-dia dentro das comunidades. Um fator de destaque é que muitas comunidades desenvolveram sistemas agrícolas sustentáveis, eficientes e adaptados aos diferentes ecossistemas. No que tange ao manejo da terra e agricultura, Leite (2007, p. 193) destaca que a técnica de cultivo mais propagada entre os povos indígenas é a agricultura dita de "corte-e-queima" ou "coivara", em que "pequenos trechos de floresta são derrubados, geralmente no início da estação seca, e deixados algum tempo para que a madeira seque.

Então, antes que volte a chover, os troncos derrubados são queimados". Caso parte do material não seja consumido totalmente pelo fogo, será novamente disposto a queima. Entretanto, ainda que pareça agressiva essa forma de manejo, não causa danos ao solo, pois "as cinzas agem como fertilizantes e aumentam a produtividade das roças assim abertas. Trata-se de um sistema amplamente estudado por cientistas e que se mostra plenamente adaptado às condições dos trópicos úmidos" (Leite, 2007, p. 193).

De acordo com Melatti (2023), alguns troncos, mais grossos, ainda continuam sem a queima total e ficam dispostos aleatoriamente no terreno, o que vale dizer, não é plano. Assim, dentre esses troncos são realizados os diferentes plantios. Dessa forma, não há uma separação nítida entre os diversos plantios. Segundo Melatti (2023, p. 101) "eles crescem mais ou menos misturados, embora não tenham sido plantados na mesma ocasião. Os produtos agrícolas, ao invés de estarem separados em áreas justapostas, mais parecem estar, ao contrário, em camadas superpostas".

Outra forma de obtenção de alimento desses povos é através da caça, que, aliás é essencial. Conforme explica Melatti (2023), a caça consiste em um meio importante de subsistência dos povos originários, considerando ser a forma de adquirirem a carne – uma grande fonte de proteína –, entretanto

precisam de uma dedicação fundamental para obtê-la. Pela tradição, os homens são os responsáveis pela captura das presas, mas a maneira de realização da caça varia conforme a etnia.

Assim, nessa função de caça, eles podem empregar diversos meios, como a ajuda de cães, aplicação de infusões pelo próprio corpo para atrair a presa, construção de abrigos em locais propícios, utilização de armas produzidas pelos indígenas, como exemplo, a zarabatana. Nesse sentido, a arma zarabatana pode ser ilustrada como "que lança projetis com ponta embebida em curare, de uso entre os mais do sudoeste do Amazonas, mostra-se mais adequada que a espingarda: por ser silenciosa, permite vários tiros às aves ou macacos nas árvores, sem espantá-los" (Melatti, 2023, p. 97).

Em relação a obtenção de peixes, as técnicas são diversas e variam de acordo com cada comunidade indígena. Segundo Melatti (2023, p. 97-98), as técnicas de caça podem ser realizadas com "o uso de vegetais que têm a propriedade de matar ou atordoar os peixes, como o tingui ou timbó". O autor ainda explica a importância da participação coletiva nesse processo, tendo em vista não ser algo simples, porquanto "os cipós de timbó são cortados e amarrados em feixes; esses feixes são surrados com cacetes e mergulhados continuamente na água, para que fique impregnada pelo suco do vegetal". Todavia, caso a água esteja tranquila e translúcida, somente com a flecha é possível caçar o peixe adicionado aos conhecimentos estratégicos de captura.

De acordo com Melatti (2023, p. 98) outra forma de pesca é a pôr armadilhas, utilizada pelas diversas etnias indígenas, como o pari, o mororó e o cacuri. Para os povos teneteharas, entre suas artimanhas utilizadas, pode se destacar a utilização do "pari; trata-se de um cesto cilíndrico, totalmente fechado numa extremidade e, na outra, há uma abertura afunilada que permite a entrada do peixe, mas não sua saída; é colocado no fundo dos igarapés, com uma isca no interior".

Outra técnica desse povo é o mororó, que assim como o pari, também tem a formação como de um recipiente cilíndrico, porém com uma abertura nas pontas "sendo que a inferior termina em pontas aguçadas; é usado em águas rasas, sendo fincado no leito da corrente no momento em que passa um cardume, retirando-se os peixes pela abertura superior". Os indígenas do rio Uaupés, também se utilizam do pári e de "outra, o caruri é constituído por um cercado de varetas com uma abertura que cede quando o peixe a força, mas torna a fechar-se pela pressão da corrente da água" (Melatti, 2023, p. 99).

No campo da medicina tradicional, os indígenas são detentores de rico conhecimento acerca do uso de plantas medicinais, encontrando no mato as soluções para suas enfermidades e necessidades de autocuidado. Consoante Monteiro *et al.* (2024, p. 542), há uma variedade da flora empregada na medicina indígena, como a copaíba –utilizada como anti-inflamatória, cicatrizante e antifúngica –, o gengibre – para infecções respiratórias –, o jaborandi – infecções urinárias –, entre tantas outras.

Por meio da pesquisa sobre plantas medicinais realizada nas aldeias Las Casas e Moikarakô, os indígenas ressaltam que

> [...] a noção de cuidados tradicionais não se aplica unicamente aos seres humanos, mas também envolve cuidados com os animais (remédios para o cachorro ser bom de caça), as culturas (remédios para as bananas, batatas e mandiocas crescerem bonitas), as condições climáticas (remédios para chamar e parar a chuva), os coletivos sociais (cuidado da aldeia) e o território. (Kayapó *et al.*, 2020, p. 32).

Isso demonstra que o cuidado vai além do corpo humano, e abrange relações interpessoais e com outros seres vivos, aspectos emocionais, espirituais e culturais, além de conexões com o meio ambiente. Os autores ainda esclarecem que o preparo dos remédios é artesanal[5], destacando sua simplicidade e diversidade, e, principalmente sua eficiência no combate às moléstias[6]. Na mesma obra, tais indígenas apresentaram sessenta e quatro plantas medicinais com informações sobre seus respectivos usos, expressando seus vastos conhecimentos medicinais e validando a importância da etnobotânica (Kayapó *et al.*, 2020, p. 11). Necessita-se a compreensão de que não se trata de uma mera alternativa medicinal, mas um sistema repleto de conhecimentos, uma inspiração para a busca da cura mais humanizada, sustentável e espiritual.

Assim, os saberes indígenas herdados de seus antepassados são fundamentais para a preservação do meio ambiente, pois oferecem valiosos aprendizados sobre sustentabilidade. Baseados no equilíbrio ecológico, esses conhecimentos englobam atividades como práticas agrícolas, medicinais e respeito à natureza. O artigo 170, inciso VI da CRFB/88 que prevê a defesa do meio ambiente, e o artigo 225, do mesmo diploma legal que estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõem a observância da sustentabilidade como parâmetro de juridicidade das atividades econômicas em geral (Brasil, 1988).

Observa-se que, os povos indígenas não se adaptaram ao conceito moderno de sustentabilidade, eles já o praticavam naturalmente, muito antes de sua definição e abordagem legal. Quando a CRFB/88 impõe que a atividade econômica deve respeitar o meio ambiente, apenas reforça algo que os povos indígenas sempre fizeram: viver em equilíbrio com a natureza. Diante da atual crise ambiental, a sabedoria tradicional indígena revela-se uma grande alternativa a seguir seguida de exemplo de uso do meio ambiente com respeito e conservação dos recursos naturais, além de uma fonte riquíssima de sabedoria.

---

5 Kayapó *et al.* (2020, p. 36) explica a simplicidade na produção dos remédios que "são comuns os preparados em que parte da planta é deixada de molho na água à temperatura ambiente ou levada ao fogo; estes são recomendados para beber e banhar o corpo ou a parte afetada do corpo. Em alguns casos, o bagaço da planta, que ficou na bacia ou panela, é esfregado no corpo do doente. Se a parte vegetal for dura, como são as raízes e cascas, ela é primeiramente pilada, raspada ou batida antes do preparo propriamente dito".

6 Elas "podem ainda ser assadas e transformadas em pó, quando destinadas a secar feridas, por exemplo. Algumas plantas ou partes dela (akrô udjà djwynti) são queimadas e a fumaça produzida é aspirada para tratar gripes e sinusites. Os sumos obtidos pela esfregação de folhas (mryti kanê e pàt kanê) são empregados para reanimar pessoas acometidas por um mal súbito, sintoma recorrente em doenças provocadas pelo consumo de carne de certos animais (tamanduá, preguiça, etc.) ou mesmo pelo espírito destes. As folhas (akrô ni-ràti ka'àkre) também podem ser simplesmente pisadas e aplicadas localmente, como nos casos de inchaços e furúnculos. Da mesma maneira, alguns exsudatos como leite (ibênh ne) e óleo (pinkangô) não sofrem transformações, sendo diluídos na água para beber ou aplicado no corpo ou no peito, da forma em que foi obtido, respectivamente. Embiras de alguns cipós (akrô kàkangä) ou de árvores são utilizadas em amarrações de diferentes partes do corpo, como cabeça, juntas e região abdominal, no tratamento de dores de cabeça e do corpo, febre, doença de jabuti, entre outras" (Kayapó *et al.*, 2020, p. 36-37).

4 TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS INSPIRADAS NOS SABERES INDÍGENAS

Enquanto a sociedade não-indígena busca soluções tecnológicas modernas – seja para facilitar a rotina sem se preocupar com os impactos ambientais, seja como alternativas para amenizar a crise ecológica –, os povos indígenas desenvolvem há séculos sistemas tecnológicos de manejo ambiental sustentáveis baseados nos seus saberes tradicionais.

Como observa Silva (2025, p. 22), o processo de fixação territorial desses povos estimulou o desenvolvimento de habilidades tecnológicas sociais, "nesse campo de necessidade, foram confeccionados artefatos de rochas para diversas atividades do cotidiano; foi quando surgiu a ferramenta lítica". Assim, parte-se da necessária compreensão de que os conhecimentos ancestrais dos povos indígenas não são meras premissas, mas saberes tecnológicos sustentáveis ativos e empregadas diariamente na gestão territorial.

Quando se fala em tecnologias sustentáveis baseadas em conhecimentos dos povos indígenas vários sistemas que podem ser salientados. Considerando que, "além de caçar, pescar, coletar, plantar, criar animais, os índios têm de fabricar também os instrumentos que servem para produzir, transportar, guardar ou conservar os alimentos: armas de caça, armadilhas, canoas, cestas, potes etc" (Mellati, 2023, p. 95). Nesse emaranhado de sabedorias tradicionais, vários conhecimentos tecnológicos podem ser extraídos e aplicados nas tecnologias ocidentais, como nas engenharias, arquitetura, urbanismo, biologia, agronomia, e, claro, tudo de forma sustentável.

Embora já mencionado nessa pesquisa, o manejo do solo é sempre um fator de suma importância quando se refere a tecnologias sustentáveis e conhecimentos tradicionais indígenas. De acordo com Mellati (2023) a técnica agrícola de coivara (abordado anteriormente) é a predominante entre os povos indígenas brasileiros. Assim, é possível perceber o emprego de técnicas aparentemente rudimentares e insignificante, todavia elas demonstram uma verdadeira tecnologia ancestral embasadas na sustentabilidade e, principalmente, que repelem o uso de produtos químicos tóxicos ao solo, aos seres humanos e ao meio ambiente.

Na Amazônia, por exemplo, os povos originários "usaram seus conhecimentos, ciência e tecnologia para gerar, amplificar e manter a biodiversidade e a agrobiodiversidade, promovendo a fertilidade dos solos"7 (Tupinamba, 2025, p. 24), para exemplificar pode-se citar os Cayapós e Yanomami.

Os Cayapós vivem na floresta amazônica e são protetores fiéis dela. Eles possuem uma técnica de plantação e cultivo que desperta atenção pois, apesar da aparente desordem da plantação, possui uma lógica

7 De acordo com Raquel Sousa Chaves Tupinamba (2025, p. 24), "Um dos resultados desse processo são as conhecidas Terras Pretas de Índio (TPI), solos antropogênicos, ricos em nutrientes essenciais para o manejo das plantas, o que prova essa relação distinta entre humanos e natureza, esse cuidado com a nossa casa comum. As TPI apresentam um horizonte antrópico, resultado do acúmulo de material orgânico devido à intensa atividade humana por períodos prolongados em antigos assentamentos, o que é evidenciado pela ocorrência de cerâmica de origem pré-colombiana, com elevados teores de carbono orgânico, cálcio, fósforo, magnésio e maior pH. Atualmente, esse tipo de solo é associado ao cultivo mais intensivo, períodos curtos de pousio (uso e abandono de área) e maior número de ciclos de uso na Amazônia. Além disso, quintais e roças nestes solos apresentam uma agrobiodiversidade distinta dos solos do entorno". Disponível em: https://br.boell.org/pt-br/2025/04/22/atlas-da-amazonia-brasileira

> Os Kaiapó derrubam árvores, fazendo-as cair em pilhas, e deixam corredores relativamente vazios entre elas. Nesses 'corredores de plantações', roças de tubérculos são plantadas antes da queimada. Assim, os sistemas de raízes jovens estarão formados no início da estação chuvosa que se segue, levando ao máximo a absorção dos nutrientes trazidos pela infiltração das chuvas. A queimada é cuidadosamente controlada, para evitar o calor excessivo e o dano para as raízes em formação. A queima de cada pilha é feita em separado, e esta 'queimada fria' pode levar até um dia inteiro. (Posey, 1984, p. 36).

Os Yanomami também vivem na região amazônica e podem ser citados como protetores incessantes da natureza, dignos de um profundo conhecimento da floresta. Eles utilizam a técnica agrícola da coivara, considerado moderno e adequado as condições ambientais da região amazônica, atendendo as suas expectativas de subsistência populacional.

Conforme notícia disponibilizada pela Casa Civil, em 2025,

> As roças dos Yanomami fazem parte de um sistema agrícola sofisticado, adaptado à floresta amazônica e essencial para a subsistência das comunidades. Diferente da agricultura convencional, os Yanomami utilizam um modelo sustentável de coivara, no qual áreas da floresta são temporariamente desmatadas e queimadas para o plantio, permitindo que o solo recupere sua fertilidade após alguns anos. (Brasil, 2025, on-line).

> Cada comunidade cultiva uma variedade de espécies em suas roças, priorizando mandioca (sobretudo a macaxeira ou aipim), banana, taioba, inhame, cana-de-açúcar, pupunha, milho, pimenta, tabaco, urucum, algodão e plantas medicinais. Esse modelo diversificado não apenas garante uma alimentação equilibrada, mas também reduz a degradação do solo e permite uma renovação natural da floresta. (Brasil, 2025, on-line).

Acerca da confecção dos próprios artefatos como arcos, flechas, bastões de cavar, cestos, fornos de farinha, canoas, recipientes de cerâmica, dentre outros, os indígenas mantêm sua independência produtiva, de tal forma que utilizam apenas dos recursos que a natureza lhes proporciona e preservam sua tradição.

Um outro ponto são as plantas medicinais indígenas também conhecidas como etnofármacos que são muito difundidas na indústria farmacêutica. De acordo com Machado *et al*. (2021, p. 26) "etnofármaco aqui designado se refere às plantas medicinais de uso tradicional que são objetos de estudos químicos e farmacológicos". As plantas medicinais indígenas, com sua diversidade ecológica exercem uma função primordial, tanto na medicina tradicional quanto na indústria farmacêutica moderna, que servem de base para o desenvolvimento de medicamentos utilitários.

As plantas medicinais são cultivadas de acordo com as especificidades de cada povo, conforme Machado *et al*. (2021, p. 4-23), pode-se exemplificar:

- Yanomamis: o gengibre, o marupazinho, o urucumos;
- Maxakalis: a goiabeira, guiné, jatobá;
- Pataxós: a beterraba, boldo e capim-santo;
- Xakriabá: o caju, jurubeba e o matruz.

Quanto à arquitetura, os indígenas utilizam em suas construções materiais alternativos que configuram um apanhado de tradição, tecnologia e sustentabilidade. As canoas, por exemplo, são instrumentos construídos baseados nos conhecimentos aquáticos e adaptados de acordo com a sua serventia, se é para caçar será de uma forma, se para deslocamento será de outra. De acordo com Lima e Souza (2021, p. 32-33) "os primeiros meios de transportes fluviais da Amazônia são conhecidos como *bgu* (casco de tronco de árvore) e *igara* (canoa de madeira) em Nheengatu, os quais são construídos a partir da seleção de tronos das melhores árvores [...]" (sic).

Assim, trata-se de um sistema tecnológico difundido tradicionalmente entre os indígenas, que consiste na análise de cada detalhe na escolha do material correto, pois, para tanto, precisa-se de um profundo conhecimento acerca do material, do peso, da estrutura, das dimensões e da própria construção.

No tocante às habitações indígenas tradicionais, é interessante trazer a distinção abordada por Branco (1993, p. 77) entre os termos Oca, Maloca e Aldeia. O autor registra que a Oca representa o mesmo que "casa" para a sociedade urbana, enquanto a Maloca originalmente significa a "casa de guerra" ou "casa grande" e a Aldeia seria o agrupamento de Ocas em formato circular formando ao centro uma praça completamente limpa, sem vegetação.

Contudo, nem todas as habitações indígenas possuem a mesma organização, método de construção e identidade. De acordo com notícia emitida pela Funai em 2023 referente à arquitetura indígena, fatores como o clima e a matéria-prima (sustentável) local disponível irá definir a estrutura e organização das aldeias. Ainda explica que "a maior parte das aldeias utiliza a amarração de cipós nas estruturas de madeira. Assim como utilizam entalhes no madeiramento das estruturas para facilitar o encaixe das peças e a amarração com cipós".

O arquiteto e urbanista indígena Jucimar Ipaikire Rondom, em entrevista concedida ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 2025, complementa afirmando que a etnia também é um fator determinante para a diferenciação das aldeias indígenas. Assim, são diversos fatores que determinam as construções dos aldeamentos e notoriamente, as questões culturais, temporais e espaciais. Para o entrevistado, uma casa tradicional é sempre confortável, "é fresco nas horas mais quentes e aquecido nos dias mais frios, pois a casa indígena não possui janelas, mas pode se abrir a palha que precisar e, se chover, ela se fecha sozinha". Apesar dessa característica ser um fator importante, Rondom reforça que ao construir suas moradias adaptadas as suas condições e necessidades locais, um fator comum é predominante entre as diferentes etnias: a valorização da natureza.

Nesse contexto, embora as habitações indígenas utilizem materiais modestos, são ecológicos, sendo usado, na sua integralidade, elementos vegetais e naturais. As estruturas das construções indígenas demonstram, portanto, sapiência e respeito ao bioma local.

As tecnologias sustentáveis baseadas nos saberes indígenas inspiram a refletir o quanto de conhecimentos integrados harmonicamente com a natureza esses povos carregam ao longo dos séculos. Esses saberes, bem longe de serem primitivos, representam uma requintada integração entre inovação, reaproveitamento dos recursos naturais e equilíbrio ecológico. Suas técnicas agrícolas, medicinais e arquitetônicas demonstram que é possível conciliar progresso e preservação ambiental. Em um mundo que enfrenta crises ecológicas sem precedentes, esses conhecimentos ancestrais

oferecem soluções práticas e inspiradoras. Valorizar essas práticas é fundamental para enriquecer os sistemas tecnológicos contemporâneos e manter a preservação ambiental. A verdadeira sabedoria está em somar as tecnologias modernas com as ancestrais ricas em sabedoria e, principalmente, utilizando essa interação de forma sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cosmovisão indígena, de seus saberes tradicionais e de suas tecnologias sustentáveis revela uma interação de conhecimento profundo, baseado no respeito e no equilíbrio dinâmico com a natureza, construído e transmitido ao longo da vida e repassado por gerações. Compreender a magnitude da sabedoria tradicional indígena significa despertar para uma realidade de conservação dos recursos naturais, possível e viável, e próxima a realidade da sociedade ocidental. Seus conhecimentos de técnicas de manejo agrícola, medicinais e dos recursos ambientais são inestimáveis diante da crise ambiental atual.

Esta pesquisa voltou-se para a problemática de entender como os conhecimentos indígenas tradicionais sustentáveis não só podem como devem ser valorizados e aplicados aos padrões tecnológicos contemporâneos. Constatou-se que os povos originários possuem metodologias ambientalmente sustentáveis, distantes da lógica de acumulação capitalista. Somente por meio do reconhecimento de sua cultura e da compreensão de como seus conhecimentos podem complementar as técnicas ocidentais será possível construir uma sociedade verdadeiramente ecológica.

Dessa forma, a pesquisa cumpriu seus objetivos à medida que realizou uma análise dos saberes tradicionais indígenas com vistas a assimilação ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis modernas. Para tanto buscou-se entender como a sabedoria tradicional indígena, baseada em sua cosmovisão, disponibiliza sistemas tecnológicos sustentáveis que, embora cumpram as disposições constitucionais atinentes à preservação do meio ambiente, desafiam a concepção moderna, ressaltando suas praxes, preservando valores culturais, territoriais, ambientais prezando por um presente e futuro balanceado.

A partir da investigação sobre a cosmovisão, a relação dos indígenas com a natureza, os saberes tradicionais e as tecnologia sustentáveis pode-se confirmar que: os povos originários possuem uma visão holística do meio ambiente, em que tudo está interligado: seres humanos, animais, plantas e os elementos cósmicos formando um sistema complexo e em total harmonia; suas práticas são fontes de equilíbrio entre ética e sustentabilidade e que a extração de recursos está acompanhada da regeneração; alguns povos possuem sistemas de agroflorestas que demonstram uma resiliência significativa e que não degradam o meio ambiente; detém uma diversidade de plantas medicinais que possuem comprovação científica, sendo integradas às indústrias farmacológicas; suas técnicas de construções são adaptados quanto à disponibilidade de materiais dos locais em que vivem, são eficazes quanto à disposição térmica e reduzido impacto ambiental.

Em síntese, os indígenas desenvolvem tecnologias de acordo com suas necessidades, sem submeter-se à lógica capitalista de lucro a qualquer custo. Isso prova que tecnologia nem sempre é si-

nônimo de industrialização, mas de um conhecimento aplicado com inteligência e respeito ao meio ambiente. Reconhecer e integrar esses saberes aos currículos acadêmicos e práticas profissionais é um passo essencial para um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Germano Bruno; MOSER, Alvino; AFONSO, Yuri Berri. Cosmovisão Guarani e Sustentabilidade. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, 2015, v. 8, n. 4, p. 180-193. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/431. Acesso em: 17 maio 2025.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**. 5. ed. rev. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

BRANCO, Bernardo Castello. Arquitetura indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais. **Revista de Arqueologia**, v. 7, n. 1, p. 69-85, 1993. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/95. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. **Casa Civil**. Indígenas Yanomami voltam a cultivar roças para subsistência e já utilizam área equivalente a 32 campos de futebol. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/indigenas-yanomami-voltam-a-cultivar-rocas-para-subsistencia-e-ja-utilizam-area-equivalente-a-32-campos-de-futebol. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.747**, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 jun. 2025.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Arquitetura indígena**: conheça as habitações dos povos originários. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/arquitetura-indigena-conheca-as-habitacoes-dos-povos-originarios. Acesso: 27 maio 2025.

KAYAPÓ, Parityk; KAYAPÓ, Kaikwa-re; KAYAPÓ, Tabo; KAYAPÓ, Takwyri; KAYAPÓ, Banhi-re; KAYAPÓ, Bekwynhbô; KAYAPÓ, Bekwyhngoti; KAYAPÓ, Nhakture. **Mebêngôkre nhõ pidj'y:** remédios tradicionais Mebêngôkre-Kayapó. Pesquisas colaborativas sobre plantas medicinais nas aldeias Las Casas (TI Las

Casas) e Moikarakô (TI Kayapó). FERREIRA, Márlia Coelho; López-Garcés, Claudia (org.). Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Museu Paraense Emílio Garcés (MPEG). Belém, 2020. Disponível em: https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/1553. Acesso em: 10 ago. 2025.

LEITE; Maurício Soares. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. *In*: BARROS, Denise Cavalcante; SILVA, Denise Oliveira; GUGELMIN, Silvia Ângela. (org.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena**. V. 1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 260 p. E-pub. Disponível em: http://books.scielo.org/id/fyyqb/epub/barros-9788575415870.epub. Acesso em: 17 maio 2025.

LIMA, Ademar dos Santos; SOUSA, Rosineide Magalhães de. Povos indígenas da Amazônia: do caminho da canoa à ressignificação das culturas e línguas. **Tellus**, n. 44, p. 31-52, 2021. Disponível em: https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/726. Acesso em: 10 ago. 2025.

MACHADO, Bárbara Vitória Costa; RIBEIRO, Isadora Santana; GONÇALVES, Iuri Gabriel; GOMES, Letícia Mara; VIEIRA, Lígia Persichini Cunha G. **Saberes indígenas e etnofármacos**: uma publicação do núcleo de ações educativas, acessibilidade e estudos de público do espaço do conhecimento UFMG. Belo Horizonte, MG: Espaço do Conhecimento, 2021. Disponível em: https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/wp-content/uploads/2020/09/Catalogo-Saberes-Ind%C3%ADgenas-e-Etnof%C3%A1rmacos.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 30. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: JusPodivm, 2024.

MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. 9 ed., 2 reimp. São Paulo: Edusp, 2023. Disponível em: https://www.livrosabertos.edusp.usp.br/edusp/catalog/book/51#. Acesso em: 17 maio 2025.

MONTEIRO, Alcioni da Silva; NASCIMENTO, Hely Brasil do; SEABRA, Leiciane; BALDÉ, Ussumane; BRAULE, Gilvânia Plácido; MAIA, António Alone; MASCARENHAS, Suely A. do N.; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. Uso de plantas medicinais por povos milenares da Amazônia – Brasil (Munduruku, Karapãna, Pupykary, Tikuna E Kokama), Guiné Bissau (Fulas, Gabu) e Moçambique –Tete (Dema e Nyungwe): uma perspectiva comparada. **EDUCAmazônia**, ano 17, v. XVII, n. 2, p. 533-572, jul./dez. 2024. Disponível em: file:///C:/Users/Andre/Downloads/T33,+Vol17,+n2,+jul-dez,+24,+p%C3%A1g+533-572.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. 2. ed. São Paulo, 2009.

MUNHOZ, André Ricardo Antonovicz. Cidadania Planetária e *Buen Vivir*: Síntese para um (possível) futuro sustentável alternativo. **Interfaces Científicas - Direito**, Aracajú, v. 10, n. 2, p. 212-223, 2025.

Disponível em: https://periodicosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/direito/article/view/12658. Acesso em: 9 ago. 2025.

PARDINI, Patrick. Amazônia indígena: a floresta como sujeito. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/hjXGBwPTD6Fnh7vKDRWvnPN/?lang=pt#. Acesso em: 17 maio 2025.

PEREIRA, Cláudia de Moraes Martins. **O ritual da moça nova do povo tikuna**: diálogo intercultural e os direitos dos povos indígenas no Brasil. Belo Horizonte. Expert, 2024.

POSEY, Darrell A. Os Kayapó e a natureza. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 34-41, 1984. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/os-kayapo-e-natureza. Acesso em: 10 ago. 2025.

RONDOM, Jucimar Ipaikire. Jucimar Ipaikire fala sobre características da Arquitetura Indígena. [Entrevista cedida ao] Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR. **Perspectiva CAU**, Brasília, abr. 2025. Disponível em: https://caubr.gov.br/jucimar-ipaikire-fala-sobre-caracteristicas-da-arquitetura-indigena/. Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, Carlos Augusto da. Arqueologia: As biodigitais da amazônia. *In*: DOLCE, Julia; MONTENEGRO, Marcelo; SHOENENBERG, Regine (org.). **Atlas da Amazônia brasileira**: fatos, dados e saberes da maios floresta tropical do mundo. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll. Creative Commons: 2025. Disponível em: https://br.boell.org/pt-br/2025/04/22/atlas-da-amazonia-brasileira. Acesso em: 26 maio 2025.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho; LIMA, Alexandrina Maria de Andrade; MELLO, Marco Aurélio Anadem; OLIVEIRA, Elialdo Rodrigues de. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 7, n. 2, p. 88-95, 2015. Disponível em: https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/465. Acesso em: 17 maio 2025.

TUPINAMBA, Raquel Sousa Chaves. Florestas Antropogênicas. *In*: DOLCE, Julia; MONTENEGRO, Marcelo; SHOENENBERG, Regine (org.). **Atlas da Amazônia brasileira**: Fatos, dados e saberes da maios floresta tropical do mundo. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll. Creative Commons: 2025. Disponível em: https://br.boell.org/pt-br/2025/04/22/atlas-da-amazonia-brasileira. Acesso em: 26 maio 2025.

WERÁ, Kaká. **Tekoá**: uma arte milenar indígena para o bem-viver. Rio de Janeiro: BestSeller, 2024.

Recebido em: 10 de Agosto de 2026
Avaliado em: 28 de Setembro de 2026
Aceito em: 9 de Novembro de 2026

A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site https://periodicos.set.edu.br

Copyright (c) 2026 Revista Interfaces Científicas - Direito

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Assistente Jurídica e Juíza de Paz no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Professora da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Coordenadora dos Cursos de Direito do Interior do Amazonas da UEA. Professora do Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental (PPGDA) da UEA/AM.
E-mail: cmartins@uea.edu.br

2 Mestranda em Direito Ambiental pelo Programa Stricto Sensu da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/UEA). Professora e Advogada. Pesquisadora no grupo de pesquisa Observatório Social de Políticas Públicas da Amazônia (OSPPA), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: anavsm22@gmail.com

3 Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Pesquisadora no grupo de pesquisa Observatório Social de Políticas Públicas da Amazônia (OSPPA), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Procuradora do Município de Itacoatiara. E-mail: dspg.mda25@uea.edu.br